

## ARTISTA ITALIANO NO BARROCO BRACARENSE

### O PINTOR CARLOS ANTÓNIO LEONI

Por Aurélio de Oliveira

#### *Resumé*

*La participation des artistes italiens dans le Baroque, au delà de Lisbonne et Porto est très peu connue. Mais surtout dans la peinture ils sont parfois présents. Ainsi à Braga, un des centres vraiment notable du Baroque Portugais. Un des italiens jusqu'à présent, pratiquement inconnu — le peintre et architecte florentin Carlos António Leoni qui a travaillé à l'église de S. Vicente, et dans l'architecture terminale des églies de l'Hôpital de S. Marcos et de la voisine Église de S. Cruz.*

Já em 1983, ao revelarmos a presença de um pintor andaluz no barroco de seiscentos — o Pintor Francisco Monteiro (que parece, de facto, ter sido o decorador da primeira grande ornamentação pictórica barroca na Casa da Misericórdia de Braga) — fazíamos referência à presença de outros artistas na Cidade dos Arcebispos. É tempo, passados já bastantes anos, de dar mais alargada notícia de um outro pintor, desta feita, italiano que trabalhou e deixou obra em Braga na primeira metade do século XVIII<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Aurélio de Oliveira, *Pintor Andaluz no barroco Bracarense de seiscentos*. Braga, 1983 (Sep. da Rev. *Mínia*, 2.<sup>a</sup> série, Ano VI, n.º 7). Braga, 1983. Ainda voltaremos a outros estrangeiros.

A presença de artistas italianos representa uma componente importante no barroco nacional. Sabe-se, porém, da sua maior frequência nos grandes centros — como Lisboa e Porto. Menos em outros locais<sup>2</sup>. É praticamente desconhecida a sua presença no centro bracarense, embora um deles, pelo menos, se tenha deslocado até Tibães ou pintado para esta Abadia beneditina — a grande forja do Barroco bracarense — e aqui tenha deixado obra de valor<sup>3</sup>.

Esta presença italiana deixou vestígios em vários sectores, em Braga. Foi de certo relevo no campo da música durante o século XVIII<sup>4</sup>. No campo das actividades «industriais» marcaram também alguns italianos a sua presença de modo particular. Até há bem pouco tempo desconhecida, foi deveras importante, pelo seu significado: a primeira manufatura de papel em Portugal (antes que se instalasse na Louzã) parece, segundo tudo indica, ter nascido aqui em Braga pelas mãos e orientação do italiano José Maria Ottoni, o mesmo que, pouco depois, nos aparece como o fundador da manufatura do papel na Louzã (com melhor sucesso e ventura)<sup>5</sup>. Ainda no sector «industrial» voltarão a marcar a sua presença no sector têxtil (como teremos oportunidade de referir)<sup>6</sup>.

No que respeita à sua participação no mundo das artes particularmente nesta onda do barroco a sua presença não era, de facto, muito conhecida, menos ainda ressaltada. É, por isso, de sublinhar essa presença não só pela novidade que de per si representa, mas também pelas possíveis influências e magistério que poderá ter exercido tal presença no meio artístico bracarense.

Daquilo que se conhece a tarefa da execução da obra barroca, em pedraria, talha e imaginária parece ter ficado a cargo, quase em exclusivo dos portugueses, digo dos bracarenses ou artistas nacionais (salvo o caso raro de Nazoni) para o centro portuense. (Deixo de fora o caso de Lisboa). Todavia, no sector da pintura a exclusividade não se verificou do mesmo modo, ignorando nós, de facto, no estádio actual dos nossos conhecimentos,

---

<sup>2</sup> Flávio Gonçalves, *Arte Importada e artistas estrangeiros nos Portos de Entre-Douro e Minho*, in «Museu», 2.<sup>a</sup> série, n.º 10, Dezembro, 1966, Vide também Virgílio Correia, *Artistas italianos em Portugal*. «Biblos», vol. VIII, Coimbra, 1932.

<sup>3</sup> Remetemos para trabalho anunciado e a sair brevemente *TIBÃES. Itinerários de Barroco Português I*.

<sup>4</sup> Aurélio de Oliveira, *Indústrias em Braga. A «fábrica» bracarense de Instrumento Musicais*, Lisboa, 1991. Álvaro Carneiro, *A Música em Braga*, Braga, 1960.

<sup>5</sup> Vide nosso recente trabalho, *Indústrias em Braga, IV. A fábrica de papel do Rio Este*, Braga, 1993 (Sep. de «Bracara Augusta» número referente a 1993, mas saído em 1995).

<sup>6</sup> A publicar e referir em «*Braga dos Mesteres à Indústria. 1750-1820*».

o verdadeiro papel e influência de artistas pintores estrangeiros. Ignora-se, por exemplo, a possível influência do pintor andaluz Francisco Monteiro na arte bracarense dos fins do século XVII. Mas adivinha-se que não deve ter sido de somenos pela obra realizada e pela importância da Instituição que a encomendou — a Santa Casa da Misericórdia de Braga (por onde passavam, como irmãos e mesários, as mais gradas figuras da nobreza e aristocracia bracarenses).

Está, também, por determinar a possível influência do artista italiano que deixou obra em altares colaterais de Tibães. Não se sabe, até ao presente, se executaram outras obras ou não, bem como da sua possível inserção no meio artístico bracarense e nortenho. Esperávamos que, no caso vertente, os fiadores ou testemunhas que costumam figurar nos contratos nos pudessem fornecer algumas informações, mas nada, por aí, se poderá apurar.

À altura que Carlos Leoni executa a sua obra para a Igreja de S. Vicente em 1734 havia grandes nomes na arte bracarense, — com particular relevo na decoração interior das talhas e imaginária à execução arquitectónica. Na pintura igual situação se verificava, com nomes de relevo trabalhando para vários e importantes clientes: da Abadia de Tibães aos Mosteiros de Rendufe e S. Tirso à Sé, ao Colégio do Pópulo e Santa Casa da Misericórdia — como Pita Malheiro, João Lopes e sobretudo José Lopes, António Vieira e Gonçalves Ribas, Custódio da Rocha, Jerónimo da Rocha, Pedro Pereira, Manuel Ferreira, Manuel de Almeida, Francisco Machado e outros<sup>7</sup>. Geralmente ocupados no douramento e pintura dos retábulos, mas onde frequentemente entra outra decoração como a pintura de paredes e tectos, e ainda quadros e painéis, destinem-se eles ou não, ao enquadramento e embelezamento das talhas. Convenha-se, porém, que a realização de obra em tela é mais rara. Ora é desta natureza aquela que este pintor florentino executa em Braga em 1734, para a Igreja de S. Vicente, que acabava de receber a maioria do seu revestimento interior.

Quem era este pintor florentino? Como e quando chegou a Portugal? Terá feito parte da leva que trouxe Nazoni ao Porto em 1725? Terá vindo antes acompanhando ou seguindo de perto João Batista Pachini que precedera Nazoni na sua chegada ao Porto? Ou terá vindo no encalço daqueles dois pintores e artistas? Pertencerá à mesma escola de Nazoni? Que influências mútuas? Eis perguntas para as quais não há, por enquanto, grandes respostas. Sabemos tão só, (por enquanto) que antes

---

<sup>7</sup> Natália Marinho Ferreira Alves. *A actividade de pintores e douradores em Braga nos séculos XVII e XVIII*, in *Actas* (vol. II/2, p. 313-371) do IX. Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Braga, 1990.

de aparecer aqui em Braga naquilo que parece ter sido o seu principal «métier» — o de pintor — nos parece, nesta mesma cidade, ligado a obra de pedraria: autor de riscos para conjuntos arquitectónicos importantes da arte barroca bracarense: o Hospital de S. Marcos, e (depois da obra de pintura em S. Vicente), novamente ocupado no risco de obras de pedraria na vizinha Igreja da Irmandade de Santa Cruz.

Na verdade, nos inícios de 1733 — ano anterior ao do seu aparecimento na Igreja de S. Vicente — surge-nos — pela primeira vez como autor da traça de «uma nova planta» para a fachada e alguns claustros deste novo Hospital de S. João. Sem se lhe especificar residência é então referido como Carlos Antonio Leone «italiano», a quem se solicita essa nova reforma da planta para a parte terminal das grandes obras a que fora submetido aquele Hospital.

A intervenção deste Carlos Leoni, parece ter vindo pôr fim a uma certa incerteza e indecisão, verificadas, com as obras de S. Marcos, e a uma difícil opção das plantas pelos encomendadores, que não tanto pelos mestres pedreiros que as levavam à execução.

Não é este o local apropriado para o efeito, até porque outros se têm já ocupado da História da Igreja e Casa do Hospital de S. Marcos<sup>8</sup>. Digam-se, tão somente, que as grandes obras, que deram origem à estrutura principal do Hospital de S. Marcos, onde Leoni nos irá surgir, parece terem sido despoletadas por um incêndio que o atingiu em 1716. Na sua sequência, a reconstrução da «Casa do Capelão» levou a outras intervenções no conjunto das estruturas «como também outras muitas (obras) para amparo e conservação de toda a Caza e Igreja do Hospital»<sup>9</sup>.

Logo em 1720, há plantas várias postas à consideração sendo então decidido que se entregasse as obras pela planta e orçamento para a mesma alvitados pelo Coronel Manuel Pinto de Vilalobos. Mas passado que era pouco mais de um mês já o mesmo alterava parte da planta que apresentara, (pois não creio que se reporte tal referência a qualquer outra

---

<sup>8</sup> Não importa entrar aqui em mais detalhes sobre a História arquitectónica-decorativa desta importante peça do barroco bracarense. Outros o fizeram e outros mais recentes a têm vindo a alargar e enriquecer. Existem, aliás, bons fundos documentais e algumas obras disponíveis. Lembrem-se entre outros os trabalhos de Albano Belino, Monsenhor Augusto Ferreira, Ambrósio de Pina, Robert Smith e, mais recentemente, Luís Costa, Eduardo Pires de Oliveira e manuel Joaquim Moreira da Rocha.

(O fundo documental da Santa Casa Hospital de S. Marcos, recentemente organizado e catalogado, por um grupo de alunos dos Seminários de História Moderna da Faculdade de Letras do Porto (Etelvina Martins de Faria, Maria Arminda Machado, Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos e Maria do Carmo Santos Palha) publicado na Rev. Bracara Augusta, 1978, n.º 73-74 (85-86).

<sup>9</sup> Arq. da Irmandade, lv. 2 dos termos, fl. 135v.

intervenção que não a sua — de que, aliás, não há vestígios entre 1716 e 1720). Na verdade, são-lhe satisfeitos honorários em 24 de Outubro por «reformatar a planta fazendo-lhe novo frontespício... com a Igreja no meio que de novo acrescentou»<sup>10</sup>.

É seguro que no ano seguinte se entregou — ou manifestava intenção de entregar — a execução da planta assim retocada a Pascoal Fernandes de parceria com seu filho, o Mestre Manuel Fernandes da Silva, conforme contrato celebrado em 26 de Novembro de 1720<sup>11</sup>, e não obstante já aí trabalhar o Mestre Vianense Jerónimo de Oliveira (e seu irmão Manuel) — seguramente recomendados e trazidos de Viana, por Pinto de Vilalobos para dar início à execução dos seus riscos<sup>12</sup>.

Em 1721 ao pretender-se iniciar os trabalhos (cujo encargo como dissemos, assumira Pascoal Manuel Fernandes em fins de Novembro de 1720) — fica já manifesto que o risco de Vilalobos sofria algumas modificações, ao que parece sugeridas ou introduzidas por Manuel Fernandes, executor de muitas e notáveis obras do barroco bracarense e não só. Mais uma vez a competência, para riscar ou adaptar riscos é-lhe claramente reconhecida<sup>13</sup>. (Nome, e importância para o qual já em tempos chamamos a atenção)<sup>14</sup>. A incerteza na aceitação da planta de Vilalobos e das possíveis alterações introduzidas por Manuel Fernandes da Silva, continuava, porém, em Setembro de 1721, altura em que para se dar melhor e mais autorizada execução se opina em Mesa da Irmandade que o encargo dessas obras deveria ser assumido por toda a Mesa na sua totalidade<sup>15</sup>.

Em Janeiro de 1722, ao pretender iniciar efectivamente as obras, vêm com objecções os próprios arrematantes, cujos encargos se modificavam com as alterações introduzidas (e de sua própria autoria segundo parece). Achrom os mesários justa a pretensão dado que efectivamente se fizeram alterações na planta que serviu de base à realização de contrato, e «porque se fez renovação da planta era justo se fizesse novo contrato»<sup>16</sup>. Todavia, para não mais demorar a execução ordena-se «que entretanto se corresse com a obra na forma da planta

<sup>10</sup> Idem. As plantas tinham sido apresentadas no decurso do mês anterior para por elas se reformatar e restaurar o Hospital. Idem, fl. 213-215v.

<sup>11</sup> A.D.B. Nota Geral, 1.ª série, n.º 582, fl. 71-73.

<sup>12</sup> Idem, fl. 8-9v. São estes, de facto que arrematam o corredor do Hospital, pouco antes de Pascoal/Manuel Fernandes, em 4 de Novembro de 1720.

<sup>13</sup> Idem, 582, fl. 222v-223.

<sup>14</sup> Idem, fl. 8-9v.

<sup>15</sup> Arq. Irmandade, lv. 2, cit. 237-237v.

<sup>16</sup> Idem. 240.

última de Vilalobos (a de 24 de Outubro de 1720) mas já com uma ressalva: o risco do frontespício ficava em suspenso! Manuel Fernandes executaria as obras conforme os papéis de Vilalobos que, no acto, se especificam: «se corresse (entretanto) com a dita obra na forma da planta última mas com ressalva do frontespício como «consta de quatro papéis imperiaes a saber em meja folha a pr.<sup>a</sup> planta das cazas terreas q ficão do terreno principal p.<sup>a</sup> bayxo a seg.<sup>da</sup> planta hua folha de papel intejra em q esta deleneada a planta de toda a obra sobre o terreiro e a 3.<sup>a</sup> planta outra folha de papel q contem a planta de toda a obra no andar do sobrado e a quarta planta lançada em meja folha q contem o perfil de fronteira exterior de p.<sup>te</sup> do nascente com declaração que o perfil do frontespicio e mais p.<sup>tes</sup> serão os q se fizere na Meza»<sup>17</sup>.

Mesmo deixando o frontespício em suspenso os problemas com a execução do risco de Vilalobos não acabaram. De facto, há neles novamente (ou de novo) intervenção do Mestre pedreiro Manuel Fernandes, o qual se viu obrigado a desfazer parte do que já executara: Na verdade, há pagamentos a ele feitos em Junho de 1722 «pela reforma da planta» e reembolso do que fora obrigado a desfazer conforme avaliação e medição executadas para o efeito por outros mestres pedreiros<sup>18</sup>. As intervenções de Manuel Fernandes não eram remédio suficiente. Entre Julho e Agosto, teve Vilalobos que apresentar nova planta, no que parece ter tido colaboração de outro arquitecto. Há, de facto, pagas a ele satisfeitas nesse mês de Agosto, bem como a «outro seu imgenheiro oficial de vir emmendar os erros da obra do Hospital e fazer nova planta»<sup>19</sup>.

Na sequência desta nova planta, Manuel Fernandes, ou abandona as obras ou delas é afastado. A 22 de Novembro desse ano a obra do Hospital é arrematada pelo Mestre pedreiro Jerónimo de Oliveira, de Viana. Parece notória a intervenção ou recomendação de Vilalobos de entregar as obras a Mestre da sua mais plena confiança. Não vemos que outra justificação tenha esta intervenção do Mestre vianense<sup>20</sup>. Jerónimo de Oliveira, viera certamente com Vilalobos, quando logo no princípio apresentou as plantas para execução, e inclusive as orçamentara. Esse último acto, só poderia supor, íntima colaboração com o Mestre Jerónimo de Oliveira. É este e seu irmão Manuel que antes de Pascoal e Manuel Fernandes, assume o primeiro encargo, de execução, pelo menos parcial, dos trabalhos como a «obra nova do corredor do Hospital»<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> Idem, 241v.

<sup>18</sup> Idem, 245.

<sup>19</sup> Idem, 253. Sublinhado nosso.

<sup>20</sup> Idem, 257v.

<sup>21</sup> Vide supra nota 12.

Pelo mestre vianense devem ter corrido então as obras, incluso as que antes arrematara pois em 1725 se ordena se continuasse com as obras do corredor do Hospital. Todavia, pouco depois, em 1726, o responsável pela execução das últimas obras de pedraria do Novo Hospital irá ser Mestre Gregório Ribeiro — outro nome grande da arquitectura barroca bracarense<sup>22</sup>. As obras são-lhe atribuídas em março de 1726 (embora haja outros mestres a colaborar com ele: em 1727 há pagas a Mestre Gregório Ribeiro «...e outro»).

Gregório Ribeiro, assume a execução por motivo de desistência do Mestre Vianense, (por haver tempo a ter abandonado e não a vir concluir). A execução que dará será, porém, a prevista no contrato realizado com o Mestre Vianense (em 1722 a 22 de Novembro. Logo, a última planta de Vilalobos)<sup>23</sup>.

Daí em diante o grande responsável pelas obras de S. Marcos é, sem dúvida, Mestre Gregório Ribeiro (ainda que com ele trabalhem outros mestres, ou outro Mestre cujo nome se não especifica. (Na verdade, em 1727, como dissemos, há pagas feitas a Gregório Ribeiro «e outro»)<sup>24</sup>. Por ele decorrem as obras do terreiro interior e no exterior vindo em 1732 este Mestre a queixar-se de encargos extra com essas obras pedindo por elas recompensa e indemnizações por outros trabalhos<sup>25</sup>.

Entretanto sob esta nova direcção as obras tocavam o fim. Em Julho de 1732 urgia dar-se-lhe o remate, isto é, o frontespício. Ordena-se então que «atendendo a opulencia do Hospital se continuasse com a obra» e se ultimasse a mesma «pela planta que se acha feita»<sup>26</sup>.

Ficamos, porém, na dúvida, sobre a verdadeira autoria desta planta. (Tratar-se-á, de nova planta, para o efeito executada, ou tratar-se-á da planta de 1720, apresentada à Mesa a 24 de Outubro, onde constava «o novo frontespício com a Igreja no meio que de novo se acrescentou»? Não creio que as possíveis alterações de Manuel Fernandes de 1722. Ou a

---

<sup>22</sup> Aurélio de Oliveira, *Tibães e os caminhos do Barroco. Breve perspectiva Histórica*, in «Forum». n.º 3. Maio, 1988, p. 15.

<sup>23</sup> ADB. Nota Geral, 611, fl. 56v-59v.

<sup>24</sup> Entretanto houve problemas com a segurança das Abóbadas da Igreja que ameaçaram ruína. Não sabemos das culpas, se do projectista se da execução e desta, se do(s) Mestre(s) Pedreiro(s) se do Mestre Carpinteiro. A isso se refere uma acta da meza de 1728. (Idem 175)

<sup>25</sup> idem, 289-289v. Trabalhos que se vira forçado a executar. Entretanto, Gregório Ribeiro trabalha também para a vizinha Igreja de S.<sup>ta</sup> Cruz pois há pagamentos a elle feitos em 1728. (Cf. S.<sup>ta</sup> Cruz, *Liv.º das Despezas desde 1720 até 16 aquela 1802*, fl. 110v).

<sup>26</sup> Idem, 271-271v.

nova reforma de Vilalobos 1722)? Penso que se tratará da 2.<sup>a</sup> versão apresentada por Vilalobos de 22 de Outubro de 1720, pois ordenara a seu respeito a Mesa que tudo corresse por ela, excepto o frontespício até nova ordem ou decisão. Ora não há outros mestres que os aludidos, e não surge também a referência a quaisquer outros riscos para o frontespício que não este.

Creio, porém, que as obras do frontespício não chegaram a ter início por esses riscos antigos, pois em Fevereiro de 1733 se ordenava que se mandasse para o efeito fazer e encomendar novo risco. Este, pois, o primeiro momento, e a primeira referência ao pintor italiano aqui em Braga — num múnus que nem sequer parece ter sido a sua principal actividade.

«Huma planta nova para o frontespício e Igreja e Claustros pequenos... a quoyal foy feita por Carillos Ant.<sup>o</sup> Lionj Italiano»<sup>27</sup>.

Pouco depois consignavam às obras verbas avultadas: 50.000 cruzados, sobras dos legados e das rendas<sup>28</sup>.

A execução desta versão de Carlos Leoni parece não ter sido pacífica. Na verdade, em reunião expressamente convocada para o efeito em 11 de Março, implicitamente se dá conta de hesitações verificadas apelando alguns para uma determinação de 1723 em que se proibia mais quaisquer aditamentos ou remodelações à planta então apresentada. Todavia, a maioria de opinião venceu, e ordenou a Mesa, que se revogasse essa referida determinação e se continuasse a obra pela planta reformada, isto é pela recente versão de Carlos Leoni, «considerandoce as imperfeições della». Reiteravam-se para a continuação e acabamento das referidas obras as verbas atrás referidas.

Desta situação e desta intervenção como riscador de obra de pedraria para S. Marcos transita o florentino para a obra de Pintura do grande painel do Mártir S. Vicente, que iria ocupar a boca central da Tribuna do Retábulo dessa Igreja, que por então acabava de receber os seus principais revestimentos interiores.

Acabada a execução do painel — que se comprometeu a colocar no local até fins de Julho de 1734, voltaremos a surpreender o florentino, noutro risco para obra de pedraria, desta feita para a Igreja de Santa Cruz, vizinha da do Hospital de S. Marcos. É de supor, por isso, que a leitura formal, não deferisse muito da que pouco antes executara para o frontespício de S. Marcos.

---

<sup>27</sup> Idem, 304.

<sup>28</sup> Idem, 307v.



A grandes obras de restauro foi também submetida esta igreja a partir de 1730. O Processo foi particularmente desencadeado pela ameaça de ruína das abóbadas e paredes do lado da Rua do Anjo. Para o efeito, foi requerida a presença de uma junta de mestres devidamente qualificados como foram, Miguel Fernandes de Cossourado, Gregório Ribeiro e Manuel Fernandes da Silva<sup>29</sup>. Foram unânimes em que o remédio só se poderia operar com «desfazer o terço do meio da abobuda de todo o Corpo da Igreja fechando-a depois com seu ponto acrescentando as paredes na altura de tres palmos e o mesmo acrescentamento se [faria] nas da Capella mor e que se desfaria a parede da Rua do Anyo des o meio cunhal da Torre athe o cunhal do arco cruzeiro athe o chão»... tudo «afin de remediar o defeito que tem e Ruina que mostrao»<sup>30</sup>. É seguramente na sequência dessas diligências e vistorias que a nova obra é arrematada ao Mestre Manuel Fernandes da Silva em 22 de Dezembro de 1730<sup>31</sup>. A grande fase dessas obras de restauro foram, por conseguinte, iniciadas com a intervenção ou coordenação deste já afamado Mestre, o qual assumira com a Irmandade o compromisso da obra em 12 de Dezembro (depois selado em contrato, como dissemos, em 22 de Dezembro do mesmo mês)<sup>32</sup>.

As obras deveriam ter início em Maio de 1731, altura em que pormenorizadamente se especificam as intervenções a efectuar<sup>33</sup>. E efectivamente se trabalhava na obra em Novembro desse mesmo ano, prontificando-se então a Mesa a pagar suplementos ao Mestre pedreiro, por fazer vir outros seus oficiais às obras de S.ta Cruz porque, na cidade, não os havia então em número suficiente para dar bom andamento às mesmas<sup>34</sup>.

As coisas, porém, não iriam correr bem com este Mestre pedreiro. Incumprimento das obrigações, dilações ou impossibilidades, levarão a graves contendas com a Mesa. Em Outubro do ano seguinte (1732) volta a referir-se o «lamentável e manifesto perigo» da Igreja, culpando-se disso o Mestre pedreiro. E para atalhar a esses perigos e também «p.<sup>a</sup> atalhar a todas e coaisquer cavilacoes q possa intentar o M.<sup>e</sup> pedreiro em ordem a mostrar que a obra que se acha feita está com a Segurança necessaria» se nomeou para principal responsável pela questão o

---

<sup>29</sup> Idem, 309v-310.

<sup>30</sup> Estes mestres surgem-nos aqui em total pé de igualdade a sugerir capacidades e qualidades igualmente reconhecidas. Vide supra nota 22.

<sup>31</sup> Arquiv. Irm. Termo de Meza de 25-9-1730. Lv. cit. fol. 553v.

<sup>32</sup> Contrato lavrado na nota de tab. geral: Lv. 632, 146-147, (20-12. 1730).

<sup>33</sup> S.<sup>ta</sup> Cruz. Lv. de termos cit. (12.12.1730), fl. 556.

<sup>34</sup> Idem, fl. 564; 566v.

P.<sup>o</sup> Duarte Correia de Lacerda, Secretário da Mesa da Irmandade, e ainda o P.<sup>o</sup> Francisco Diogo de Azevedo<sup>35</sup>.

Em fins de 1732, corria pleito com o Mestre. Erros e imperfeições cometidas e alterações de risco por ele próprio efectuadas como parece ter sido o caso específico do frontespício. As obras a cargo deste mestre, parecem, pois, terem sido se não no todo pelo menos em parte quasi ultimadas em fins de 1732<sup>36</sup>.

Em Dezembro eram requeridos louvados para vistoriar a obra do Mestre Manuel Fernandes, e na Mesa se resolveu logo alterar a sua intervenção no Frontespício da Igreja: «Outro sim se propos q por se achar indecente o frontespício da Igra.<sup>a</sup> com o acrescenta.<sup>to</sup> q o d.<sup>o</sup> M.<sup>e</sup> tinha feito sobre elle se devia novamente reformar na forma da planta feita pelos engenhr.<sup>os</sup> de Vianna com a cal reforma ficava mais perfeito... e se venceu... q se fizesse a d.<sup>a</sup> reforma e acrescentam.<sup>to</sup> na forma da planta p.<sup>a</sup> maior perfeição do d.<sup>o</sup> frontespicio»<sup>37</sup>. Acréscimo e modificação cujas execuções ficarião, por decisão da mesma Mesa, retirados ao Mestre Manuel Fernandes: «e andando tambem a caixa se o d.<sup>o</sup> acrescentam.<sup>to</sup> o havia de fazer o m.<sup>e</sup> M.<sup>el</sup> frz se venceo... uniformem.<sup>te</sup> q o não fizesse o d.<sup>o</sup> m.<sup>e</sup> M.<sup>el</sup> Frz»<sup>38</sup>.

Um termo de Mesa subsequente deixa-nos sérias dúvidas sobre se as objecções à obra de Manuel Fernandes não teriam sido despoletadas e postas pelos «Engenheiros de Viana» — isto é, seguramente Manuel Pinto de Vilalobos e um outro «engenheiro» que frequentemente o acompanhava. Em 12 de Dezembro se refere, com efeito, que para se fazer vistoria à obra «se devia proceder com o mesmo segredo com q se obrou na dilig.<sup>a</sup> q se fes p.<sup>a</sup> virem os engenhr.<sup>os</sup> e q esta diligencia a devião fazer algumas pessoas em particullar com todo o segredo»...<sup>39</sup>.

Logo nos inícios de Janeiro de 1733 em razão das louvações e «determinações dos Louvados dadas tanto no Juizo dos Rezíduos como no Secullar e tambem as demoras que se concederão na decizão do pleito que esta caza tras como M.<sup>e</sup> Manoel Frz da Silva», e vista a «Ruina que esta (novamente) ameaçando a Igreja<sup>40</sup> se fizesse uma nova intervenção: «Reedificandosse novamente as paredes com a segurança ness.<sup>a</sup> e tudo o mais não so na forma das ditas detriminaçoins mas tambem *de novos*

<sup>35</sup> Idem, fl. 588-588v.

<sup>36</sup> O último pagamento a ele efectuado é de 115.200 s., como consta no «Lv. de Despesa deste ano 1731 para o de 1732», fl. 140v.

<sup>37</sup> Idem., fl. 600. Sublinhado nosso. Seguramente Vilalobos e seu companheiro.

<sup>38</sup> Idem, fl. 600v.

<sup>39</sup> Idem, fl. 602.

<sup>40</sup> Idem, fl. 607v.

*apontamentos* que pera isso ness.<sup>os</sup> forem» e que sem esperar a decisão final «logo se devia mandar demollir a parede e mais que encontrare os louvados e continuar com a nova Reedificação visto ser necess.<sup>a</sup> pera a maior segurança da Igr.<sup>a</sup>... e «que se fizesse a nova Reedificação com toda a segurança ness.<sup>a</sup> e na forma q esta proposto por se acodir a iminente Ruína da Igr.<sup>a</sup> e danno irreparavel que sucedendo cauzara mayor despezas a Irmand.<sup>e</sup> e *que se va continuando nos termos do pleito athe final decizão delle* pera então se haverem as despezas pera quem ficar vencendo...»<sup>41</sup>.

Não sabemos se esta decisão teve efeitos imediatos ou não, tendo, por conseguinte, determinado novas intervenções. O que sabemos é que Manuel Fernandes da Silva, apesar de manifestamente afastado das obras parece ter obtido sentença favorável pouco depois, seguramente em Agosto desse ano, pois assim nos refere o termo da Mesa de 23 desse mesmo mês: «...q visto se preferir sentença no Juizo geral contra esta Irmand.<sup>e</sup> na cauza q tras como mestre M.<sup>el</sup> Frz da Sylva sobre a factura e Segurança da Igr.<sup>a</sup>» era agora necessário nomear uma comissão de Licenciados e pessoas bem qualificadas «das mais inteligentes q pudessem descidir e determinar o que se deveria obrar»<sup>42</sup>.

O efeito, foi o recurso da Sentença, e a manutenção e permanência dos erros, imperfeições e culpas atribuídas a Manuel Fernandes da Silva.

Urgia, porém, continuar-se com a obra, com novos riscos e responsabilidades, dado o estado de ruína a que chegara e a degradação que a atingira pela paragem das mesmas e até pelo mau tempo que assaltara toda a região e a cidade na segunda metade de 1732<sup>43</sup>.

Um termo da Mesa de 30 de Agosto desse ano dá-nos um claro retrato da situação. A determinação dessa Junta foi do seguinte teor: «...q esta caza se achava com as obras da Igreja abertas sem se concluir por rezão de demandas q corrião com o m.e M.<sup>el</sup> Frz da Sylva q tinha tomado a tal obra e assim se achava ha mais de tres annos pouco mais ou menos e permanecendo assim m.<sup>to</sup> tempo poderia rezultar alguma ruína a d.<sup>a</sup> Igr.<sup>a</sup> e hum gr.<sup>de</sup> prejuizo a esta Irmand.<sup>e</sup> e alem disso rezultava hum publico e geral escandalo a toda esta Cid.<sup>e</sup> em estar a Igr.<sup>a</sup> ha tantos tempos cheya de azimbros e escoras sem nella se poderem celebrar os Devinos officios com a solemnid.<sup>e</sup> e decencia ness.<sup>a</sup> e por isso queria detreminassem se se hauia de esperar totalm.<sup>te</sup> a decisão das cauzas ou q a Irmand.<sup>e</sup> a sua custa mandasse fazer a tal obra com toda a Segurança necess.<sup>a</sup> e emmendando os erros q se consideravão na obra q se achava feita, ficando salvo o dir.<sup>to</sup>

<sup>41</sup> Idem, fl. 607v-608. Sublinhado nosso.

<sup>42</sup> Idem, 624-624v.

<sup>43</sup> Aurélio de Oliveira. *A Abadia e Tibães*, Vol. I cit.

das cauzas p.<sup>a</sup> se continuarem as actuais ou todas as mais q sobre este particular sobreviessem e for preciso moveremse contra todas as pessoas contra quem se achar ter dir.<sup>10</sup>...» então «...entre sy ponderarão a materia desta preposição e examinando as vestorias q nos autos se achavão feitas rezolverão que como de todas as ditas vestorias se vinha a concluir q a obra q se achava feita não estava com toda a Segurança necess.<sup>a</sup> e tinha varios deffeitos assim a respeito de forma com q se achava obrada como da Segurança q era precisa p.<sup>a</sup> a sustentação da abobeda... termos em que nunca a tal obra podia assim ficar, e era preciso demolirsse p.<sup>a</sup> novam.<sup>te</sup> se fazer...»<sup>44</sup>.

Em Setembro, chamavam-se os «m.<sup>es</sup> peritos p.<sup>a</sup> que delineassem e detreminassem a segurança com q a d.<sup>a</sup> obra se deve fazer». São eles, seguramente, Inácio de Matos e Francisco Alvares. São estes os Mestres escolhidos os quais irão assumir, praticamente de parceria, o encargo destas obras. Não são, porém, os riscadores e delineadores. Nessa função de direcção última e responsável pelos riscos e segurança das obras a executar vai então surgir-nos o R.<sup>do</sup> Duarte Correia de Lacerda, Secretário da Mesa e ao que parece personagem fundamental neste período de trabalhos e «reconstrução» das obras «deixadas» por Manuel Fernandes da Silva. É na sua dependência e sob sua orientação que irão trabalhar quer Inácio de Matos, quer Francisco Alvares logo a partir de Setembro de 1733. A sua função de riscador e responsável é-lhe cometida logo em 1 de Setembro ao solicitar-lhe a Mesa que assistisse aos referidos pedreiros «e p.<sup>a</sup> se fazerem os apontam.<sup>tos</sup> necess.<sup>os</sup>»<sup>45</sup>. Mestres efectivos passaram, pois, a ser Inácio de Matos (que ajustou as pilastras da Igreja e depois toda a pedraria e aparelho das torres e cunhais) e Francisco Alvares (que viera de Moreira como louvado da obra<sup>46</sup> e efectivamente ficara, depois, na mesma «p.<sup>a</sup> assistir na obra q se pertende fazer nesta Igr.<sup>a</sup> mandando os officiais que nella trabalharem e aparelhando a d.<sup>a</sup> obra na forma dos apontam.<sup>tos</sup> q p.<sup>a</sup> isso se fizerão passando a residir na propria casa, sob pensão e salário diário de 380 reis»<sup>47</sup>.

Um e outro trabalharam na dependência de Correia de Lacerda que da Mesa recebeu a incumbência e depois o pedido de «assistir a d.<sup>a</sup> obra e fosse correndo com tudo o q p.<sup>a</sup> ella necess.<sup>o</sup> for»<sup>48</sup>. O rumo encontrado

<sup>44</sup> Idem, fl. 629-629v.

<sup>45</sup> Idem, 631v.

<sup>46</sup> Cf. «Lv. de Despezas de 1732 para 1733» fl. 148v. «P. pagam.<sup>to</sup> ao Mestre Pedreiro q veio de Moreira junto ao Porto p.<sup>o</sup> ser louvado da obra da Igr.<sup>a</sup>... (19.480 reis).

<sup>47</sup> Lv. de Termos cit. fl. 635. Cf. também Lv. de Despeza, fl. 143-155.

<sup>48</sup> Idem, Termos, fl. 638v.

desta feita, não foi a empreitada, mas o acompanhamento diário da obra, tudo a jornais «como se tinha principiado e que assim se acabasse com toda a segurança necess.<sup>a</sup> de sorte que fique sem a menor imperfeição e conforme em tudo aos apontam.<sup>tos</sup> p.<sup>a</sup> esta obra feitos por m.<sup>es</sup> peritos que p.<sup>a</sup> esse effeito se chamarão»<sup>49</sup>.

Quais fossem esses mestres riscadores não vemos que outros possam ter sido além dos «engenheiros» de Viana, ou ainda José da Silva (de parceria com Francisco Alvares?) que pouco depois nos surgirá em Sta. Cruz — em Setembro de 1735 como encarregado de assistir no adro da Igreja<sup>50</sup>. Tudo porem, na dependência de Correia de Lacerda, que a todos deve ter imposto as suas ideias e os seus gostos artísticos (pois que notícia não há, nesta altura de outros que não sejam estes, ou os dois mestres pedreiros que assumiram estas obras, sob a superior coordenação do «engenhoso» Mesário ao qual, nesta oportunidade, lhe é novamente reiterado o pedido para «continuar na administração e direcção da d.<sup>a</sup> obra assistindo ao M.<sup>e</sup> e mandando os officiais q na obra andarem») <sup>51</sup>.

Em Maio de 1734, chegava-se ao refazer das Torres, assentando-se que se reedificassem «à fundamentis» pelo «risco q nesta Meza se apresentou com toda a fabrica q nelle se acha» para «ficarem taobem com correspondencia à fabrica q se acha no frontespicio»<sup>52</sup> e que as mesmas «se fizessem todas... de pedra de esquadria, como tambem q a goarnição ou talha das frestas da fronteira nas d.<sup>as</sup> torres se fezessem sempre com acomodação e correspondencia à q se acha na frontr.<sup>a</sup>»<sup>53</sup>.

Nesta altura — Julho de 1734 — Correia de Lacerda escuzou-se da incumbência das obras «por razoes graves q a isso (o) moverão»<sup>54</sup>. A Mesa, porém, solicita-lhe encarecidamente e «por amor de Bom Jezus» pudesse «continuar com a mesma incumbência *por ter plena noticia da factura da obra e do q p.<sup>a</sup> sua Segurança era necess.<sup>o</sup>*». Aceita: «pondo eu a consideração... me rezolui a aceitar a mesma incumbencia *no q respeita a deleneação e assistencia da d.<sup>a</sup> obra p.<sup>a</sup> a boa firmeza e perfeição della* e e nenhua sorte no q respeita a outra coalquer encumbencia»<sup>55</sup>. (Essas outras tarefas ficarão para mais três seus companheiros para isso nomeados em 9 de Julho anterior: André

<sup>49</sup> Idem, fl. 644v-645.

<sup>50</sup> Idem, Lv. de Termos de 1734 a 1737 fl. 16.

<sup>51</sup> Idem, fl. 645.

<sup>52</sup> Idem, 650v.

<sup>53</sup> Idem, fl. 654.

<sup>54</sup> Idem, fl. 655.

<sup>55</sup> Idem, fl. 655. Sublinhado nosso.

Lourenço, Manuel Cerqueira e João Carneiro, que assumem a Tesouraria da obra)<sup>56</sup>.

Em Agosto é subida a jorna ao Mestre Francisco Alvares para 400 reis diários, pela «boa agilid.<sup>e</sup> e satisfação... com q tem continuado e continua na feitura da nova obra»<sup>57</sup>.

Em Abril de 1735 os trabalhos iam a bom ritmo. Nesta oportunidade são introduzidas algumas modificações que tinham a ver com acessos à Igreja, Capela-mor e Sacristia refazendo-se esta para que ficasse «com mayor grandeza... por ser m.<sup>10</sup> pequena a q se acha»<sup>58</sup>. Assentou-se, então, que se continuasse «com o corredor das Capellas ate fora como o da p.<sup>16</sup> da Rua do Anyo tanto p.<sup>a</sup> dar servidão as tribunas da Capella mayor como tambem p.<sup>a</sup> evitar as ruinas q se seguirão se estivessem expostas aos temporais ... e q a parede de tal corredor se faria sobre arcos de esquadria aos coais se daria de altura e vão tudo o q necess.<sup>o</sup> for de sorte q se possa chegar a cobrir a porta desta caza da Meza e entrar se tanto p.<sup>a</sup> ella como p.<sup>a</sup> o d.<sup>o</sup> corredor sempre cubertos os telhados ...de sorte q fique com segurança e perfeição e q a parede da Sachristia q esta mistica as cazas do P. João Rodrigues se alargasse p.<sup>a</sup> aquella p.<sup>16</sup> o q necess.<sup>o</sup> for e se faça tudo a disposição e segurança e perfeição da d.<sup>a</sup> obra. E esta obra se continuará depois de cuberta a Igreja», para só então depois se fazerem «as delineações p.<sup>a</sup> ella necess.<sup>as</sup> p.<sup>a</sup> depois se poder fazer»<sup>59</sup>.

Nesta altura, trabalhavam aí perto de seis dezenas de oficiais, com os Mestres, Inácio de Matos, Francisco Alvares e também José da Silva (que em Setembro) é mandado chamar «p.<sup>a</sup> continuar na assistencia da d.<sup>a</sup> obra»<sup>60</sup>. Nesse mesmo mês se pondera, tomando parceres com os dois principais Mestres — José da Silva e Francisco Alvares — se era ou não «conveniente p.<sup>a</sup> a obra da Igr.<sup>a</sup> principiarsse logo a reedificar o arco cruz.<sup>o</sup>... e depois de fechado e posto em seu ponto e perfeição irsse continuando com abobeda p.<sup>a</sup> baixo com hú dos cabos ate se encontrar com o outro q ja vem vindo de baixo p.<sup>a</sup> cima, em rezão de se não poder fechar a d.<sup>a</sup> abobeda sem q primr.<sup>o</sup> se concertasse o d.<sup>o</sup> arco»... se assentou «q era conueniente o continuarsse logo como o d.<sup>o</sup> arco e irsse continuando com a obra na forma expressada»<sup>61</sup>. A parceria dos dois mestres (Inácio de Matos andava mais no aparelho da pedra) é aqui atestada nesta fase

<sup>56</sup> Idem, fl. 654v.

<sup>57</sup> Idem, fl. 656v.

<sup>58</sup> Idem, Liv. 8.<sup>o</sup> dos Termos, fl. 9v-10.

<sup>59</sup> Lv. 3, fl. 10. Obra que pensamos serem da responsabilidade de Correia de Lacerda.

<sup>60</sup> Idem, 16. Sublinhado nosso.

<sup>61</sup> Idem, Lv. 3.<sup>o</sup> dos Termos 17-17v.

(pelo menos do arco cruzeiro e abóboda) e os dois são agora equiparados também na sua Jorna diária: 400 reis cada<sup>62</sup>.

As obras da reconstrução da Igreja chegavam ao fim no segundo semestre de 1735. Urgia dar-se o remate ao frontespício. Os riscos anteriores, não foram porém julgados adequados à nova feição que a Igreja tomara. É nesta oportunidade e nesta fase decisiva (e última) das obras da Igreja de S. Cruz que nos irá surgir novamente e pela última vez em Braga o florentino Carlos Leoni, que transita directamente dos Painéis de S. Vicente para esta Igreja (certamente, por se lhe ter reconhecido o mérito do que executara para o frontespício da vizinha Igreja do Hospital de S. Marcos).

A reunião de Mesa de 5 de Outubro dá-nos conta da encomenda e alteração do primitivo projecto (certamente ainda o de Vilalobos, pois que o de Manuel Fernandes foi julgado «indecente»: «...A encomenda diz-se ter sido feita a um tal «D. Carlos» sem mais nada se especificar: «...declaro q se mandou reformar a planta da obra das torres e frontespício desta Igreja e se assentou q depois de reformada por D. Carlos a quem se recomendou essa reforma se lhe pagaria o que justo fosse e merecesse pelo seu trabalho»<sup>63</sup>.

Todavia, a aceitação não foi unânime e a recusa desta intervenção vem da parte de uma personagem de peso: nada menos que o responsável das obras: Correia de Lacerda que faz questão de assinar como vencido: «...no q respeita ao pagam.<sup>to</sup> de reforma da planta asigno como vencido por não convir na d.<sup>a</sup> reforma»<sup>64</sup>. Correia de Lacerda pôs seguramente objecções a esse risco e plano do Pintor florentino, e este — certamente a seu conselho e gosto — deve ter reformulado, entretanto, o seu primeiro plano já que cerca de um mês depois — a 6 de Novembro — se fala de um *novo risco* e desta feita o acordo de Correia de Lacerda é expresso: tomando-se a decisão da aceitação por unanimidade. Um pouco, como se vê, à semelhança do que lhe acontecera para o projecto que apresentara para a Igreja de S. Marcos: Eis o termo, que tem a nota curiosa, de pela primeira vez, vir claramente especificado o nome e a naturalidade aqui agora referenciado também como Arquitecto! ... «e outro si se apresentar nesta meza *hum novo risco* feito p.<sup>a</sup> a perfeição do alevantamento da fronteira e continuação das Torres e cupulas dellas que se tinha recomendado por esta Meza ao Architeto Carlos Ant.<sup>o</sup> Leone florentino e por

<sup>62</sup> Idem. Vide Apêndice Documental.

<sup>63</sup> Idem, Lv. 3.<sup>o</sup> fl. 19v. Robert Smith crê que fosse o de Vilalobos. Vide: *Fr. José de Santo António Vilaca*. I. 177.

<sup>64</sup> Lv. de Termos, fl. 19v.

elle assignado por se achar ficava assim a obra com maior perfeição...»<sup>65</sup>. A 12 de Dezembro há a nota, também por todos assinada (já com o consentimento e anuência de Correia de Lacerda) para que fossem finalmente pagos os honorários ao florentino mostrando-nos ainda que a ele se devem também os óculos de iluminação que nas torres foram então também introduzidos «... se pagassem os riscos q p.<sup>a</sup> a obra de acrescimo da fronteira e torres e o que fes p.<sup>a</sup> se meterem as luzes...»<sup>66</sup>. O Liv.<sup>to</sup> de despesa desse ano de 1735 para 1736 dá-nos a descarga desse pagamento, referindo-se, pela certa, aos fins de Dezembro de 1735. «... Com D. Carlos Antonio de huns riscos q fes p.<sup>a</sup> as obras e consta do n.º 24, vinte e coatro mil reis»<sup>67</sup>.

A intervenção do pintor florentino, parece não ter sido também muito pacífica por parte de outros irmãos da Confraria de Santa Cruz. Na verdade surgiram objecções e críticas por parte do pintor bracarense Jerónimo da Rocha «nosso irmão ... pintor da Rua de S. Marcos», cuja oficina se parece ter transformado em centro de cavilações contra a Mesa, ou alguns outros elementos da Irmandade. Suspeitamos seriamente que a causa principal deverá ter sido a intervenção de um seu parceiro de ofício (ainda por cima estrangeiro) em obra de pedraria, para a Igreja da Irmandade de que ele mesmo fazia parte<sup>68</sup>.

Dir-se-ia que, finalmente, tinham terminado as intervenções nas obras das torres e frontespício. Engano: O projecto e os riscos do florentino viriam ainda a ser alterados na suaparte final. As pirâmides de remate das torres iriam ser alteradas para quatro estátuas em correspondência, por se achar que a beleza e grandiosidade da obra o pediam. Terá sido nesta altura ainda consultado o «arquitecto» para esta última alteração? Logo depois se volta atrás com esta decisão para o substituir por uma única figura que fecharia com mais segurança a cúpula e garimpa final. Parece optar-se pois, novamente pelo plano inicial do italiano: «...se determinou (em 16 de Junho de 1736) q sem embargo se ter vencido ... se porem coatro figuras em cada torre se determinou, por mais pareceres e pessoas peritas que era mais conveniente por somente hua figura em sima da Cupulla tendo mão na garimpa e nos cantos da torre na forma do risco que estava dado»<sup>69</sup>.

As obras chegavam, alvíssaras, ao fim com grandes peripécias de execução até esta intervenção do florentino Carlos António Leoni, e com

<sup>65</sup> Lv. Termos 3.º fl. 23v.

<sup>66</sup> Idem, p. 28.

<sup>67</sup> Liv. Despesa 1735 fera. 1736, fl. 90v.

<sup>68</sup> Lv. 3.º Termos cit. fl. 32v.

<sup>69</sup> Lv. 3 dos Termos, fl. 33.



grandes gastos e dispêndios. Estes eram de tal ordem que a Irmandade — uma das mais ricas da cidade — se viu obrigada a conter-se nas esmolas habituais, e teve mesmo que recorrer ao empréstimo de dinheiros para que as obras não fossem interrompidas e atempadamente se satisfizessem o salários e jornas aos cinquenta oficiais que aí trabalhavam além dos três mestres acima referidos, evitando-se o perigo de «se levantare os oficiais da dita obra e ser util a continuação e conclusão della»<sup>70</sup>. E esses trabalhos, apesar de não interrompidos só no ano seguinte se viriam a concluir com o fecho e conclusão da garimpa, procedendo-se, no mês de Julho, à limpeza dos entulhos do pátio fronteiro: Refere a Mesa de 5 de Julho de 1737: «que estando a obra da torre p.<sup>a</sup> se concluir como tambem tirasse o entulho do Patio» se recorresse a novo empréstimo<sup>71</sup>. As torres iriam, finalmente, receber o relógio e os sinos — obra aliás do maior mestre sineiro que Braga então possuía<sup>72</sup>.

A obra do pátio do terreiro da grande Igreja iria ser, finalmente, posta a concurso. É muito provável que esse arranjo acompanhasse já a versão final do frontespício, dadas as necessidades estéticas do enquadramento do mesmo.

Todavia, não sabemos se esse terreiro e pátio do frontespício da Igreja, fariam já parte, dessa ou dessas versões de Leoni apresentadas em 1735. Ou se houve, também aqui, alterações e hesitações. Como também não sabemos se a versão posta a concurso em Dezembro de 1737, para a execução desse terreiro e pátio, seria de sua autoria<sup>73</sup>. Sabemos tão só, que também a sessão da Mesa de 10 de Dezembro de 1737, foram presentes várias versões, cujos autores (ou autor) se não especificam. Do conjunto das plantas aí presentes foi escolhida uma por unanimidade, que logo depois foi posta a concurso, tendo sido arrematada a execução da obra desse pátio ao mestre pedreiro António de Oliveira, que dela se ocupou nos tempos posteriores conforme se depreende e confirma por pagamentos a ele efectuados no decurso de 1738<sup>74</sup>.

<sup>70</sup> Lv. 3 dos Termos fl. 33v, 360v.; 37-37v.

<sup>71</sup> Idem (fl. 43v: Em Janeiro mandara-se fazer a garimpa p.<sup>a</sup> a torre). 53v-54 — Limpeza final.

<sup>72</sup> Aurélio de Oliveira, *Documentos e Memórias para a História do Barroco*, II. cit.

<sup>73</sup> Arq. de Santa Cruz. Liv. 3.º de Termos fl. 63v.

<sup>74</sup> A obra fora arrematada pelo mestre pedreiro de Joane em Janeiro desse ano pela quantia de 160.000 reis (Arq. da Irmandade, Idem fl. 64) — e não 174.000 como refere R. Smith (*Fr. José de Santo António Vilaça*, cit. I, 319). Vide Também Luís Costa. *O Templo de Santa Cruz*, Braga, 1982. Terá o pintor permanecido ainda em Braga a partir destas datas?

Não obstante estas intervenções no sector da arquitectura aqui em Braga, a maior afirmação de Carlos Antonio Leoni far-se-á, seguramente, no ramo da pintura, a avaliar pelo número e qualidade das obras que deixou, principalmente no retrato quando, finalmente, se transporta para Lisboa.

A sua intervenção como pintor aqui em Braga respeita à traça e pintura do painel que deveria ser colocado na boca da Tribuna da Igreja de S. Vicente até fins de Julho de 1734, concluídos que eram os restantes acabamentos de interiores das talhas e azulejos.

O contrato é lavrado nas notas do Tabelião Rafael da Rocha Malheiro, celebrara-se em 21 de Março de 1734, por encomenda da Irmandade do mesmo Santo. O Juiz Alexandre Ferreira especifica a iconografia do painel que Leoni haveria de executar, tomando como modelo o que se encontrava na Igreja de S. João de Latrão da cidade de Roma.

O preço subiu a cem mil reis e, contrariamente ao que era mais corrente e habitual, não lhe foi exigido qualquer fiador.

Aspecto importante, é porém, o dizer-se morador na Cidade de Braga, a denotar que a sua presença não deve ter sido uma simples visita de passagem. Aliás, o não lhe ter sido exigida fiança, denotará também a fama de que gozaria — um nome já feito e a pobriedade do mesmo artista.

Apesar de também referido como arquitecto (quando risca as obras para Santa Cruz), a sua obra maior parece de facto, ter sido feita na Pintura. (Eram comuns essas actividades nos artistas italianos — e bastaria lembrar o caso de Nazoni — aliás exímio numa e noutra das actividades). Carlos António Leoni foi, seguramente, pintor de grandes méritos, como confirmará a sua obra posterior em Lisboa, firmados já aqui no Norte nos trabalhos de risco e pintura que deixou em Braga (S. Vicente). A sua presença poderá ter sido importante no meio artístico da pintura em Braga nesta altura<sup>75</sup>.

Mas não só em Braga, deixou obra de pintura. Também trabalhou para outro conjunto notável — a Sé do Porto — e numa altura em que artistas consagrados e de renome aí trabalhavam. Na verdade, nos inícios de Abril desse ano de 1734 são satisfeitos 43.200 reis de honorários por

---

<sup>75</sup> A ter permanecido em Braga até 1740 (depois das últimas intervenções na Igreja de Santa Cruz, parece só ter descido para Lisboa por alturas de 1760). A sua possível ligação aos notáveis painéis da Capela do Descendimento da Abadia de Tibães ali colocadas em 1740, poderá aventar-se como hipótese. Ver nosso trabalho *Tibães. Itinerários do Barroco I*, no Prelo.

quadros executados para a Sacristia da Sé do Porto<sup>76</sup> a um tal «Carlos António» que só pode ser o pintor florentino.

Destinar-se-ia, tal quantia, na totalidade ou em parte, à liquidação de, pelo menos dois quadros que Flávio Gonçalves assinala a esse Pintor «Carlos António»: *o Casamento da Virgem e as Bodas de Caná*<sup>77</sup> «concorrenciando» e «expondo-se» ao lado do Mestre Nazoni e de João Baptista Pachini, outro pintor de mérito que já antes e ainda na mesma altura ali trabalhava<sup>78</sup>.

Após a sua passagem pela arquitectura em Braga, e pela pintura em Braga e Porto, viria, finalmente a firmar os seus maiores créditos, agora principalmente como retratista na capital do Reino, onde deve ter chegado por alturas de 1760<sup>79</sup>.

Na verdade, são-lhe atribuídos e são de sua autoria vários retratos de qualidade elaborados a partir de 1760. Executados aliás, para as maiores figuras da Corte, incluindo a própria família Real — o que diz bem da qualidade atingida, entretanto, pelo mestre italiano.

Satisfez com efeito encomendas várias, a começar pelos próprios monarcas, D. João V (retratos do próprio e sua mulher — D. Maria Ana de Áustria), D. José V, como também os dos Duques de Bragança. Outras

---

<sup>76</sup> Informação amavelmente cedida por Jaime Ferreira Alves — que muito agradecemos.

<sup>77</sup> Flávio Gonçalves, *João Baptista Pachini e os painéis da Casa do Cabido da Sé do Porto*. Arq. do C.C. Português. Fundação C. Gulbenkian, Paris, 1972. Magalhães Basto, em 1945 não identificava esses quadros, ao assinalar a presença do Pintor «Carlos António»: «darei que para aquela mesma sacristia pintou dois quadros Carlos António, mas os documentos não inceram que quadros fossem» — *Silva de História e Arte*, Porto, 1945, 141.

<sup>78</sup> Cf. Flávio Gonçalves, *João Baptista Pachini*, ed. cit.; Artur Magalhães Basto, *Estudos Portuenses*, Porto, vol. II, 1963.

<sup>79</sup> Há, pois, aqui um largo espaço cronológico durante o qual o pintor-arquitecto, não ficou seguramente inactivo. Muita da sua obra, — nos vários sectores em que depois o veremos ocupado em Lisboa — restará assim por localizar e identificar. Tarefa a que os especialistas não-de estar seguramente atentos — bem como à mais que segura influência do seu magistério. Este desconhecimento, e esta ignorância, sobre muita de obra realizada, não é exclusiva de Leoni. O mesmo pensa, Flávio Gonçalves ter-se passado com o seu compatriota João Baptista Pachini. Por análise estilística chega a atribuir as telas do Altar de Santa Gertrudes de Tibães a Pachini. Além desses, Pachini teria deixado outras obras por várias terras do Norte — que aliás chegariam a ser atribuídos a alguns clássicos de relevo. «Bom seria que os inventariássemos e fizéssemos a sua análise com maior exactidão, amplitude e acção exercida no Norte por este pintor italiano». (Essas telas foram ali colocadas a quando da reformulação da Capela da Santa efectuada pelo Geral Fr. Antão de Faria — durante o seu triénio de 1710-1713. Vide Aurélio de Oliveira, *Elementos para a História do Barroco*, Porto, 1973, 32.

personagens importantes como os retratos do beneditino Fr. António dos Reis, Fr. Miguel de Contreiras, Fr. Domingos Pereira, Pedro Troiano, P.<sup>o</sup> João Col, P.<sup>o</sup> Estácio de Almeida e D. Júlio Francisco de Almeida — (tudo realizado entre 1760 e 1774).

A estes talentos de retratista, Carlos António Leoni, juntou ainda outras actividades artísticas de relevo, como a de gravador, desenhador e pintor de vitrais — (são de sua autoria pelo menos os da Janela do Coro da Igreja de S. Mamede em Lisboa).

A sua última obra data de 1774, e deve ter falecido por aí ou pouco depois. Contaria então, já com idade avançada (pois não é crível que estes artistas vindos de Itália cá chegassem muito antes dos 25-30 anos<sup>80</sup>. É seguro que casou em Portugal e aqui deixou descendência, pois crê-se que Francisco de Paulo Leoni, — pintor da primeira metade do século XIX — será de sua directa descendência<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Flávio Gonçalves, ob. cit. Mais avançado ainda caso Leoni, tenha feito parte, ou acompanhado de perto a chegada de Pachini, que precedeu a de Nazoni. Sobre alguns nomes desta «colónia» de artistas italianos em Portugal no século XVIII. Ver Virgílio Correia. *Artistas italianos em Portugal*, in «Biblos», vol. VIII, Coimbra, 1932.

<sup>81</sup> Fernando Pamplona, *Dicionário de Pintores e Escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*, Lisboa, 1956, II, 244-45.

— Luís Xavier da Costa, *As Belas Artes Plásticas em Portugal durante o século XVIII*, Lisboa, 1935.

— Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, Lisboa, 1903, vol. III, 355-356.

— Ernesto Soares, *História da gravura artística em Portugal*, Lisboa, 1940, vol. I. Do mesmo: *Dicionário de Econografia Portuguesa*, Lisboa, 1944 (suplemento: Lisboa, 1960).

## APÊNDICE DOCUMENTAL

**I. Contr.º de douram.º do Retabollo de Santo Ant.º da Igr.ª de São Vic.º Com Carollos Ant.º Lioni. (aliás, painel de S. Vicente)\***

Em nome de Deos Amen. Saibão qu.ºs este P.º Instrom.º de Contr.º de obra de douram.º de Retabollo virem q no anno do nasim.º de nosso Sor Jezus christo de mil e setecentos e trinta e coatro annos aos V.ºe e hum dias do mes de m.º do d.º anno nesta Cid.º de Braga na Igr.ª de São Vic.º della aonde eu t.ºm g.ºal fui uindo ahi estando juntos em meza Alex.º fr.º Juis da Irm.º de São Vic.º instetuhida nesta d.ª Igr.ª e mais Sors da meza della ao diante asinados de huma p.ºe e da outra Carillos Ant.º Lion natural de florença m.º nesta Cid.º pessoas por mim Reconhecidas e por elles Sors da meza foi d.º q elles stauão contratados com elle d.º Carillos Ant.º Lion de lhe dourar o Retabollo do Altar de Santo Ant.º desta d.ª Igr.ª digo Carillos Ant.º Lion de lhe pintar hum coadro p.ª a boca da tribuna da Capella mor desta d.ª Igr.ª na forma Seg.º: q elle d.º mestre Pintara o martir São Vic.º deitado em cama de Rozas aonde esperou em vista de pros / prospetua a a Igr.ª São João laterano com a escada Santa e mais fabricas q tem ao redor Como esta em Roma, asim a grande gloria de Anios leuando a alma do Santo p.ª o Ceo outros com palmas e coroa e no fronte espicio da Igr.ª de São João laterano as armas do papa q Concedeo a Bulla das Indolig.ºs que tem esta Igr.ª e fara o Risco e fara tudo bem feito com tintas finas Comforme a arte e fara o pano inteiro sem emmenda custura alguma e o Caixilho do d.º Cadro capas tudo a sua Custa so lhe darão a estada Comforme elle d.º mestre a pedir a coal obra dara acabada e posto na d.ª tribuna por todo o mes de Julho deste prez.º anno pella coal obra lhe darão Cem mil Res os coais lhe hirão entregearando Comforme a obra for correndo e por elle d.º mestre foi d.º q ele se obrigaua a fazer a d.ª obra de Retabos na forma atras dita com todo o luzim.º posivel com as tintas q não entre bixinho tudo a sua custa e no d.º t.ºpo e pello d.º Presso e a tudo asim Comprir e goardar e dar Comprim.º a esta obra obrigaua como obrigou Sua pessoa a todos Seus Bens moueis e de Rais hauida e por hauer e terco de sua alma q tudo expressam.º hepotecaua sob pena de q não Comprindo tudo asim pagar a esta d.ª Irmand.º todas as perdas e danos q por esse Resp.º Receber e por elles Sors da meza foi d.º q comprindo elle d.º mestre com tudo o atras d.º obrigauão os Bens e Rendas desta d.ª Irm.ºe athe pagar os d.ºs Cem mil Rés sob pena de lhe pagar todas as perdas e danos q por esse Resp.º Receber e huns e outros asim decerão e outrogarão e aseitarão de p.ºe a p.ºe e mandarão fazer o prez.º Instrom.º delle dar hum e m.ºs e os q comprir e eu tamg.ºal. Como pessoa p.ºda estepullante e aseitante tudo estepullei e aseitei em nome das mais pessoas a q toca e tocar pode estando a tudo prez.ºe por t.ºs Bento da Costa Seruo desta Irm.ºe e Jozeph de Ar.º Alz da porta noua desta Cid.ºe q todos aqui asinarão Rafael da Rocha Malhr.º t.ºm g.ºal q o escrevj.

Alexandre fr.º  
Carlos Antonio Leoni

Arq. Distrital de Braga. Nota Tab. geral. 1.ª Série, N.º 646, fl. 120v-121v).

\* Acrescento e sublinhado nosso. Contrato já (em Sumário) referido pela nossa Colega e Amiga Prof.ª Natália Ferreira Alves. (*A actividade de pintores e douradores em Braga nos séculos XVII e XVIII*, in Actas do «IX Centenário da dedicação da Sé de Braga» — Braga, 1990, Vol. II. 2. 369 doc. 51).

